



ACÓRDÃO Nº 289/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11728 /2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Superintendência Municipal de Transportes Urbanos – SMTU.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Pedro da Costa Carvalho, Superintendente e Ordenador de despesas, à época.
- 6- **Advogados:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2717/2017-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.2095/2115).
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Superintendência Municipal de Transportes Urbanos
– SMTU, Exercício 2015.

Irregularidade. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em **consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1 **Julgar irregular** a prestação de contas anual da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos, relativa ao exercício de 2015, de responsabilidade do **Sr. Pedro da Costa Carvalho**, ex-Superintendente e Ordenador de Despesa, nos termos do inciso II do artigo 1º e alínea —b, e inciso III do artigo 22 da Lei Estadual nº 2.423/96;
- 10.2 **Aplicar multa** ao **Sr. Pedro da Costa Carvalho**, ex-Superintendente e Ordenador de Despesa, exercício de 2015, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, no valor de **R\$43.841,28 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos)**, face as irregularidades com grave infração à norma legal



ACÓRDÃO Nº 289/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

(01, 03, 04, 08, 09, 10, 11, e 18 do Relatório Conclusivo 13/2016 da DICA/MA);

- 10.3 Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea —all do inciso III do art. 72 da Lei estadual nº 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução nº 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96);
- 10.4** Remeter os autos à DICREX para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;
- 10.5 Determinar** à atual administração, sob pena das contas do próximo exercício ser julgadas irregulares, nos termos do artigo 22, III, “b” e “c”, da Lei estadual n.º 2.423/96, que:
- a. obedeça aos ditames da Lei federal nº 4320/64, quanto aos arts. 94 a 97, referente ao controle patrimonial;
 - b. observe estritamente o princípio da segregação de funções, em especial daquelas afetas a autorização de despesas, execução, controle e contabilização conforme as normas da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores - INTOSAI (2007, p. 45-46) e o Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRC (2007, p. 109);
 - c. afaste imediatamente os servidores que não possuam os requisitos legais para o desempenho dos cargos/funções, cargos comissionados DAS-3 em conformidade com art.6, da Lei Municipal 939/2006, sem prejuízo de outros que estejam em situação regular, conforme aqui tratado, devendo o órgão/entidade comprovar perante a esta Corte de Contas as medidas adotadas e os resultados alcançados, inclusive mediante declaração de que todos os servidores ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança preenchem os requisitos para o desempenho dos respectivos encargos, sob pena de devolução dos valores pagos indevidamente e observe atentamente as regras e requisitos legais para a investidura de servidores e empregados públicos no âmbito da SMTU;
 - d. afaste imediatamente a Sra. Cristiane Caroline Saraiva Penaforte, caso ainda esteja na ativa, das atividades de membro da Licitação, conforme aqui tratado, devendo o órgão/entidade



ACÓRDÃO Nº 289/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

comprovar perante a esta Corte de Contas as medidas adotadas e os resultados alcançados, caso haja impossibilidade de efetivo cumprimento por limitação de pessoal técnico que a administração comprove tal fato perante esta Corte de Contas sob pena de descumprimento de determinação;

- e. observe as regras de provimento de servidores em cargos, empregos e funções públicas, mais especificamente quanto ao provimento do cargo/emprego, por profissionais cujos requisitos estejam indicados na Lei Municipal nº 1712/2012 c/c o art. 116 da LOMAN;
- f. adeque das gratificações cabíveis aos membros das comissões, sob pena de, a partir de então, ser-lhe possível a condenação em alcance pela manutenção desses pagamentos;
- g. reveja a situação dos comissionados da entidade, substituindo o regime celetista pelo regime estatutário, sob pena de, a partir de então, tornar-se responsável pela indevida aplicação do regime celetista a esses servidores. Sugiro, ainda, seja a matéria submetida à análise da Procuradoria Geral do Município;
- h. regularize a existência de 8 advogados admitidos na entidade, quando a Lei prevê apenas 7 vagas para esse cargo;
- i. reveja todos os atos de incorporação de gratificações e adeque as normas estabelecidas pela Súmula 372 do TST;
- j. reveja os cálculos de adicional de tempo de serviço
- k. adote medida de controles quanto às informações a serem prestadas a esta Corte de Contas por meio do sistema Econtas.
- l. não atrase o envio das informações ao sistema E-Contas, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução 07/02-TCE, c/c Resolução 10/2012-TCE/AM;
- m. observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea —ell do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 03 de Maio de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1- Auditor Presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº 289/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral

MJPSR/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM